

São Paulo (SP), 13 de junho de 2.011  
DINOP / CSL São Paulo (SP) - Setor Licitação 2

**EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2011/7421-0130 – SL - Credenciamento de Sociedades de Advogados para a composição de cadastro dos prestadores de serviços técnicos de natureza jurídica ao Banco do Brasil S.A. e suas subsidiárias, para atuação em todo o território nacional, sem exclusividade e sem vínculo empregatício, com a finalidade de cobrança de créditos que possuam veículos automotores vinculados em garantia, consistindo a prestação dos serviços na prática de todos os atos e procedimentos necessários nas esferas administrativa, extrajudicial e judicial, em primeiro e segundo grau de jurisdição, bem como em juizados especiais, colégios e turmas recursais, conforme discriminado na cláusula segunda do Contrato constante do Anexo II do Edital.** Apresentamos nossa análise do conteúdo da impugnação apresentada.

#### **1. DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE:**

O pedido de IMPUGNAÇÃO foi apresentado de acordo com o prazo estabelecido no Art. 41, Parágrafo 1º da Lei 8.666/93.

#### **2. DO PEDIDO:**

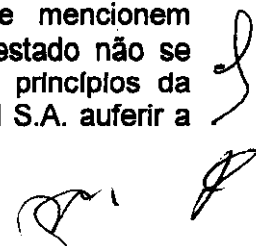
O Sr. Jurandir Elias de Albuquerque exige, em síntese, a retificação do mencionado Edital quanto aos itens relativos: (i) à exigência pertinente a "dívidas com veículos vinculados em garantia"; (ii) à discriminação das Unidades da Federação em que foram executados os serviços e; (iii) à comprovação de atuação em no mínimo 20 (vinte) diferentes Unidades da Federação. Assim sendo, apresentamos como resposta os argumentos a seguir aduzidos.

#### **3. DA ANÁLISE:**

Quanto à exigência editalícia de comprovação de prestação de serviços em cobrança de dívidas referentes a veículos vinculados em garantia, temos que referida imposição ocorre em razão da própria natureza do serviço a ser prestado e licitado, que tem por finalidade a cobrança de créditos que possuam veículos automotores vinculados em garantia. Desta feita, não faz sentido exigir comprovação de prestação de serviço diverso daquele que se pretende licitar, fato este que por si só feriria os princípios norteadores do procedimento licitatório.

A prestação de simples serviços de cobrança de dívidas, como pretende o Impugnante, não pode qualificar o licitante a prestar o serviço pretendido no objeto da presente licitação. É preciso o *plus: expertise* incontestável na "cobrança de créditos que possuam veículos automotores vinculados em garantia, consistindo a prestação dos serviços na prática de todos os atos e procedimentos necessários nas esferas administrativa, extrajudicial e judicial, em primeiro e segundo grau de jurisdição".

Por sua vez, a exigência de apresentação de atestados que mencionem expressamente a Unidade da Federação em que o serviço foi prestado não se configura restrição à participação de licitantes, tampouco fere os princípios da moralidade e igualdade administrativa, pois cabe ao Banco do Brasil S.A. auferir a





prestação dos mencionados serviços nos Estados brasileiros, mesmo que estes sejam necessários em locais distantes das metrópoles mais populosas.

A exigência de prestação de serviços em 20 (vinte) Unidades da Federação não contraria a legislação vigente, em especial a Lei 8666/93, na medida em que a determinação justifica-se plenamente pois o licitante vencedor prestará serviços ao Banco do Brasil S.A. e suas subsidiárias, em âmbito NACIONAL, sendo responsável pela cobrança de créditos que possuam os veículos automotores vinculados em garantia.

E de forma diversa não poderia ocorrer, haja vista a extensão e magnitude dos serviços para os quais será o vencedor contratado. Não há outra forma senão esta de se auferir a amplitude de alcance dos serviços a serem prestados pelo licitante. É de relevância ímpar o número de Estados nos quais os participantes já atuam; sem este dado não há como o Banco do Brasil S.A. mensurar e classificar os licitantes.

O requisito demandado pelo Edital apenas reforça a grandiosidade do serviço a ser prestado, na medida em que este deverá abranger TODO o território nacional, não se limitando a circunscrições determinadas. O número de 20 (vinte) Estados mostra-se dentro dos parâmetros requeridos pelo Banco do Brasil S.A. de seus prestadores de serviços. Diminuir ou suprimir referida exigência traria prejuízos certos ao Banco do Brasil S.A. e a suas subsidiárias, pois possibilitaria a contratação de prestadores de serviços inexperientes, os quais trariam prejuízos ao Banco do Brasil S.A. e a suas subsidiárias. Prejuízos estes que seriam questionados pelos órgãos fiscalizadores desta instituição financeira e iriam de encontro aos princípios<sup>1</sup> da moralidade, economicidade, legalidades, dentre outros norteadores da Administração Pública.

Quanto aos critérios previstos no item 5.3.2. reiteramos que estes se traduzem em forma determinada e legal de classificação dos licitantes, pois trazem requisitos objetivos de comprovação da atuação dos escritórios.

#### 5. DA DECISÃO

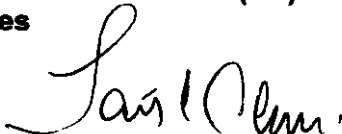
Analizados os questionamentos trazidos pelo Sr. **JURANDIR ELIAS DE ALBUQUERQUE**, comunicamos a decisão de negar provimento ao seu pedido de impugnação.

#### CENTRO DE SERVIÇOS DE LOGÍSTICA SÃO PAULO (SP)

Setor de Licitações

  
José Carlos Domingues Júnior

Presidente da Comissão de Credenciamento



Tais Izídio de Oliveira Bragatelli  
Integrante da Comissão

  
Sueli Maria Vicente Vieira

Integrante da Comissão

<sup>1</sup> Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)